

PRESERVAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO DO ACERVO DO COMITÊ DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS CLAMOR – 1978-1990

*PRESERVATION AND PATRIMONIALIZATION OF THE ARCHIVES OF
THE COMMITTEE FOR THE DEFENSE OF HUMAN RIGHTS
(CLAMOR)– 1978-1990*

Heloísa de Faria Cruz¹

Resumo: O Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul (CLAMOR) atuou em São Paulo, entre os anos de 1978 e 1991, e é reconhecido como uma das mais importantes entidades de solidariedade com refugiados, presos e perseguidos políticos das ditaduras do Cone Sul, bem como de informação e denúncia sobre os crimes contra os direitos humanos cometidos por essas ditaduras. O acervo do CLAMOR, nominado pelo Programa da UNESCO como Memória do Mundo, é um registro importante não só da preservação da memória dos atos de solidariedade e resistência às ditaduras, mas também um espaço de constituição de provas e evidências para a busca de reparação e outras medidas de justiça transicional. O presente artigo expõe perspectivas, reflexões e atividades encaminhadas pelo Centro de Documentação (CEDIC) da PUC-SP no tratamento, na preservação e na patrimonialização do Fundo CLAMOR, que se encontra sob a sua guarda.

Palavras-chave: CLAMOR. Preservação de acervos. Patrimônio documental.

Abstract: The Committee for the Defense of Human Rights for the Southern Cone Countries (CLAMOR) acted between 1978 and 1991, based in São Paulo/SP, Brazil. It is recognized as one of the most important organizations in solidarity with refugees, prisoners and political refugees from dictatorships of the Southern Cone, and the information and reporting on human rights crimes committed by dictatorships. The CLAMOR archives, nominated in the National Register of Memory of the World Programme of UNESCO is an important

¹Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, Professora do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP e, atualmente, coordena o CEDIC- Centro de Documentação e é membro da Comissão da Verdade da mesma universidade. Atua como orientadora de Mestrado e Doutorado; coordenou e coordena projetos de pesquisa nas seguintes áreas temáticas: História da imprensa, Cidade e Culturas Urbanas, Memória, Patrimônio e Documentação, História do Trabalho e dos Trabalhadores, Ensino de História. Pesquisadora produtividade do CNPQ.

record of the preservation of the memory of the acts of solidarity and resistance, as well as proof and evidence to seek redress and other measures Transitional Justice. This article presents perspectives, reflections and activities developed by the Documentation Center (CEDIC) of PUC-SP, aiming the treatment, preservation and the recognition of the archives of the CLAMOR, which belongs to the collection of the CEDIC, as documentary heritage.

Keywords: CLAMOR. Archives preservation. Documentary heritage.

Fato de grande repercussão na mídia nacional e internacional, a recente localização, em agosto de 2014, de Guido Montoya Carlotto, neto de Estela Carlotto, atual presidente e fundadora da associação argentina *Abuelas de la Plaza de Mayo*, traz novamente a público a denúncia das práticas de sequestros e desaparecimentos forçados de crianças levadas a cabo pelas forças de repressão das ditaduras de países do Cone Sul durante os anos de 1970 e 1980.

Separadas de seus pais e avós, essas crianças foram apropriadas como “butim de guerra” por famílias que se encarregaram de criá-las, tomando o cuidado de lhes ocultar a verdade sobre as suas identidades. Como aponta Padrós (2012, p. 815), os sequestros, os desaparecimentos forçados e a apropriação de identidades de crianças configuram-se como “crimes que se projetam ao longo do tempo e ficam como feridas expostas que perpassam diversas gerações”, e, hoje, alimentam as lutas por justiça e memória em diversos países.

Guido, filho de Laura Carlotto e Walmir Oscar “Puño” Montoya, militantes montoneros sequestrados e assassinados durante a ditadura militar, foi a 114ª criança localizada, de um total estimado de aproximadamente 550. Desde o final da década de 1970, a localização dessas crianças e a restituição de suas identidades transformaram-se em uma das causas centrais das lutas de diversas organizações de defesa dos direitos humanos, entre as quais se destaca a *Abuelas de la Plaza de Mayo*. O CLAMOR – Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul – foi uma das primeiras organizações a se envolver e assumir a luta pela localização das crianças desaparecidas, mantendo contatos e ações conjuntas com várias outras entidades, como a *Abuelas*. Foi por meio dos registros organizados pelo CLAMOR que, em 1979, Estela Carlotto teve a confirmação do nascimento de seu neto na prisão e do desaparecimento de sua filha.

O presente artigo expõe perspectivas, reflexões e atividades encaminhadas pelo Centro de Documentação (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), para o tratamento, a preservação e a patrimonialização do Fundo CLAMOR. Aponta, sobretudo, ações e perspectivas geradas no interior do projeto **CLAMOR:**

Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul, que vem sendo desenvolvido pelo Centro desde 2012. Focado na reflexão histórica sobre o Comitê e em ações de preservação e difusão de acervos, o projeto tem como meta a disponibilização pública do Fundo CLAMOR, que se encontra sob a guarda do CEDIC².

O CLAMOR atuou com sede em São Paulo, entre os anos de 1978 e 1991, e é reconhecido como uma das mais importantes entidades de solidariedade com refugiados, presos e perseguidos políticos das ditaduras do Cone Sul, bem como de informação e denúncia sobre os crimes contra os direitos humanos cometidos por essas ditaduras. Atuando na contramão da conhecida Operação Condor, no Brasil e na América Latina, prestou efetiva assistência aos refugiados no país, oriundos de Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

O Comitê foi criado no início de 1978 por iniciativa de um grupo de leigos cristãos preocupados em proporcionar proteção e assistência aos refugiados políticos dos países do Cone Sul não reconhecidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), vítimas de violações dos direitos humanos e vivendo no exílio em consequência das arbitrariedades do autoritarismo vigente nesses países³.

A iniciativa de criação do CLAMOR, no final dos anos 1970, deve-se à articulação das preocupações de militantes dos movimentos de defesa dos direitos humanos no Brasil que buscavam formas e caminhos para denunciar a conjuntura de violação dos direitos humanos vigente nos países da América Latina e para prestar solidariedade e ajuda efetiva aos refugiados políticos que procuravam apoio em solo brasileiro. Como protagonistas iniciais da criação do Comitê, destacam-se as presenças do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, da jornalista inglesa Jan Rocha e do reverendo presbiteriano Jaime Wright, que vivenciou a experiência de ter seu irmão sequestrado pelos órgãos de repressão da ditadura brasileira, e que, posteriormente, também teve atuação de destaque no projeto Brasil Nunca Mais⁴. Naquele momento, com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, com a “benção da

² O projeto, financiado pelo Auxílio Regular à Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), vem sendo desenvolvido sob a coordenação desta autora, desde o segundo semestre de 2012, e conta com a participação das pesquisadoras Ana Célia Navarro de Andrade e Jan Rocha, e das bolsistas FAPESP/Treinamento Técnico Adriane Zerillo Natacci e Camila Yuriko Maturuoto.

³ O histórico sobre a trajetória do Comitê é baseado principalmente nos trabalhos de Andrade (2000), Lima (2003) e Fraga (2012), referenciados no final deste artigo.

⁴ Projeto proposto pela advogada Eny Raimundo Moreira e outros militantes da resistência à ditadura, realizado entre 1979 e 1985, período em que uma equipe que envolveu mais de 30 pessoas, coordenadas por Dom Paulo Evaristo Arns e o Pastor Jaime Wright, clandestinamente, recolheu, estudou e sistematizou as informações contidas em 707 processos copiados do Superior Tribunal Militar, e que, ainda hoje, constitui a principal fonte de identificação das vítimas, dos lugares de tortura e dos torturadores e das situações de prisão e tortura vividas no período da ditadura civil-militar brasileira.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)” e da recém-formada Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), o CLAMOR foi criado e vinculado à Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo, estabelecendo-se em uma sala localizada no prédio da Cúria Metropolitana.

No final dos anos de 1970, com as lutas pela anistia e a redemocratização no país, o Brasil vivia um momento diferenciado de alguns países do Cone Sul. Passados mais de 20 anos do golpe de 1964, o regime ditatorial paraguaio continuava forte e fechado. No Uruguai e no Chile, “os anos de chumbo” impostos pelos golpes de 1973 mantinham situações cotidianas de perseguições, prisões, assassinatos e intensas violações de direitos humanos. A Argentina vivia o terror imposto pelo golpe militar, que, em 1976, depôs o governo de Isabel Péron, marcado por violência indiscriminada, perseguição, repressão ilegal, tortura sistemática, assassinatos, desaparecimento forçado de pessoas e manipulação da informação. No Brasil, no clima de abertura lenta e gradual da era Geisel, tornou-se possível a criação e atuação do CLAMOR.

Partindo de uma configuração bastante enxuta, até pelo menos 1982, o Comitê, aos poucos, foi ampliando tanto a sua equipe como os seus contatos com outras entidades nacionais e internacionais da mesma área. Durante os anos de 1980, agregou como membros colaboradores cerca de mais 10 militantes dos direitos humanos, contando também com a ajuda voluntária de refugiados e de familiares de refugiados que, na época, viviam em São Paulo (FRAGA, 2012). No início dos anos de 1980, o funcionamento e a atuação efetiva do Comitê contaram com o apoio da Anistia Internacional e de entidades ligadas às igrejas protestantes, como o Conselho Mundial da Igreja. No período de sua atuação, logrou o Comitê articular-se a uma extensa rede de organismos e entidades de defesa de direitos humanos que se espalhava por toda a América Latina, além de Europa, Estados Unidos e Canadá.

Articulando-se à ação de algumas outras instituições congêneres na América Latina, a importância do CLAMOR na época pode ser medida pelo fato de que foi a primeira organização a denunciar a existência de campos de detenção clandestinos na Argentina; assim como foi uma das primeiras a alertar para a cooperação entre forças de segurança dos países da região no sequestro, na tortura e no desaparecimento de pessoas, mais tarde conhecida como Operação Condor; e foi a primeira a descobrir o paradeiro de algumas das crianças sequestradas e desaparecidas na Argentina. O Comitê preparou o que foi, na época, a maior lista de desaparecidos forçados na Argentina, com mais de 7.000 nomes. Depois da volta do governo civil argentino, em 1983, essa lista se tornou uma das principais fontes de informação para os trabalhos da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP). O CLAMOR também

organizou o primeiro Encontro de Sobreviventes de um campo de detenção da Argentina.

Tendo sua atuação mais efetiva e dinâmica entre os anos de 1978 e 1985, o CLAMOR realizou inúmeras atividades públicas de denúncia das arbitrariedades cometidas pelas ditaduras no continente, bem como participou e alimentou uma importante rede de atuação na defesa dos direitos humanos. Naqueles anos, o Comitê editou o Boletim CLAMOR, de grande repercussão internacional; realizou inúmeras conferências de imprensa, nas quais eram denunciadas violações de direitos humanos; ministrou seminários de caráter internacional referentes à situação dos países do Cone Sul; desenvolveu campanhas diversas, entre as quais se destaca a que visava a localização das crianças desaparecidas; e distribuiu informes gerais sobre violação dos direitos humanos que ocorriam no Cone Sul, e também cartilhas e folhetos de caráter informativo e pedagógico sobre temas de direitos humanos.

Em 1991, em pronunciamento público de análise da conjuntura política nos países do Cone Sul, o grupo anunciou que, chegando à conclusão de que os objetivos iniciais que provocaram a sua fundação haviam sido atingidos, tinha decidido interromper suas atividades. Então, mesmo apontando que a situação nos países do Cone Sul ainda continuava crítica, com milhares de pessoas desaparecidas e responsáveis pela repressão livres, o Comitê entendia que as entidades de direitos humanos, em cada país, já haviam recuperado o espaço até então ocupado pelo CLAMOR, demonstrando que já não era mais preciso um porta-voz para os seus apelos.

HISTÓRICO E DESCRIÇÃO DO FUNDO CLAMOR

A documentação do Fundo CLAMOR começou a ser reunida no CEDIC a partir de 1993. Antes de sua transferência para a PUC-SP, o arquivo do CLAMOR encontrava-se sob a guarda de duas instituições distintas: o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP) e o Arquivo Dom Duarte Leopoldo e Silva (Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo).

Em 1993, recolheu-se a primeira parte da documentação que estava sob a guarda do CESEP, procedendo-se, de forma imediata, à sua higienização e ao seu melhor acondicionamento. Em 1999, o material que se encontrava no Arquivo da Cúria, após passar alguns meses no escritório de antigos membros do Comitê, Dra. Michael Nolan e Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, foi finalmente também transferido para o CEDIC. A partir de então, o CEDIC recebeu, em doação de ex-membros e colaboradores do Comitê, itens documentais guardados em seus arquivos pessoais, os quais foram incorporados ao Fundo CLAMOR. A última grande incorporação de

documentos ocorreu em fevereiro de 2001, quando cerca de 10 caixas-arquivo foram doadas pela jornalista Jan Rocha. Atualmente, o Fundo CLAMOR encontra-se distribuído em 106 caixas-arquivo, 28 pastas para periódicos (tamanho tabloide) e uma pasta para cartazes (tamanho arquiteto), totalizando aproximadamente 15 metros lineares. São mais de 20 mil documentos organizados em dois grupos, cinco subgrupos e 126 séries.

O arquivo do CLAMOR traz dimensões fundamentais das lutas contra o terrorismo de Estado imposto por regimes ditatoriais nos países do Cone Sul naquele período e dos movimentos pelos direitos de presos e exilados políticos, indicando caminhos e estratégias da resistência dos diversos grupos contra o arbítrio e revelando modos de enfrentamento da “Lei de Segurança Nacional”. Nestes últimos anos, o acervo vem sendo consultado por um público bastante diversificado, destacando-se advogados, representantes legais ou familiares de presos políticos e/ou desaparecidos de países vizinhos, além de pesquisadores, nacionais e estrangeiros, de diferentes áreas acadêmicas, bem como a Igreja Católica e os representantes do governo de países do Cone Sul.

Indique-se, no entanto, que, apesar de sua importância, provavelmente devido à sua divulgação ainda limitada, o Fundo CLAMOR foi pouco pesquisado e analisado pelos estudos sobre as ditaduras no Cone Sul e sobre a atuação das entidades de direitos humanos no período. O estudo de maior repercussão sobre o Comitê foi elaborado por Samorone Lima, intitulado “CLAMOR: A vitória de uma conspiração brasileira” e publicado em 2003. Anteriormente, destaca-se a organização do inventário do Fundo, realizado por Andrade e já mencionado anteriormente. Mais recentemente, vale citar a monografia de Guilherme Barboza de Fraga, “A solidariedade não tem fronteiras: o grupo CLAMOR e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul”, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2012.

O Fundo é composto por uma grande diversidade de documentos, tais como agendas, boletins internos, cartazes, comunicados à imprensa, correspondências, depoimentos de refugiados e de parentes e amigos de desaparecidos e presos políticos, dossiês de crianças desaparecidas, fichas de desaparecidos e de torturadores argentinos, fotografias de desaparecidos, informes, livros, publicações periódicas e relatórios de atividades.

Uma breve descrição de algumas das séries mais características do fundo ajudam a sinalizar a diversidade de temas abordados bem como seu potencial de pesquisa. Na série correspondência, o acervo contém mais de 4.000 bilhetes, cartas, cartões, circulares e telegramas referentes ao período 1978-1990, enviados por

familiares e por membros de organizações de direitos humanos, sindicatos e igrejas dos países do Cone Sul ao Comitê, além de correspondências e informes de agências das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de embaixadas estrangeiras e entidades não governamentais de vários países de fora da América Latina⁵.

Entre as séries documentais, destaca-se, também, a que reúne as publicações periódicas, que, com mais de 4.500 documentos, compõe-se de boletins produzidos pelo CLAMOR, bem como de boletins, revistas e jornais publicados por entidades de direitos humanos do Brasil e do exterior, tratando de assuntos referentes à situação dos países frente aos regimes militares, violação dos direitos humanos no mundo, realidade sócio-político-econômica dos países do Cone Sul, conflitos e guerras civis, política autoritária e sua relação com o capital estrangeiro, Doutrina de Segurança Nacional, trabalho desenvolvido pelas entidades de direitos humanos junto aos governos pela libertação dos presos e localização dos desaparecidos políticos, atuação da Igreja em comunidades carentes e sua importância na defesa dos direitos do homem. No interior desse conjunto, destaca-se a coleção completa do Boletim CLAMOR, principal veículo de comunicação da entidade, publicado pelo Comitê entre os anos 1978 e 1985. A publicação do Boletim CLAMOR iniciou-se em junho de 1978, e, até abril de 1985, foram lançados 17 números regulares e uma edição especial. No período de sua existência, o Boletim veio a público buscando divulgar e dar a maior repercussão possível às denúncias colhidas no contato com os refugiados e familiares de desaparecidos para o maior número possível de pessoas e instituições. Para cumprir seus objetivos, o Boletim foi editado em três línguas: português (voltado aos brasileiros e à imprensa nacional), espanhol (direcionado às entidades de direitos humanos latino-americanas, familiares e amigos dos refugiados) e inglês (para as entidades europeias e da América do Norte).

Nessa descrição sintética do Fundo, cabe salientar, ainda, as várias séries que reúnem documentos importantíssimos de registro e denúncias de práticas de tortura, assassinatos, desaparecimentos forçados e sequestros de crianças levados a cabo pelos aparelhos repressivos dos diversos países. No arquivo, encontram-se quase 8.000 fichas manuscritas de militantes desaparecidos na Argentina, contendo as seguintes informações: sobrenome e nome da vítima; data de nascimento e idade; tipo e número de documento de identificação; estado civil e quantidade de filhos; profissão; data e local da prisão; organizações de direitos humanos envolvidas; informações sobre sua

⁵ Para uma visão mais completa do Fundo, consultar o inventário organizado por Andrade (2000), Guia do CEDIC e o site <<http://www.pucsp.br/cedic/>> (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2014).

família (nomes dos pais, avós e filhos); atuação política e/ou sindical; e observações sobre o desaparecimento. Também contém quase 150 fichas manuscritas que organizam informações sobre agentes da repressão e torturadores argentinos, com as seguintes informações: sobrenome e nome do agente; apelido pelo qual era mais conhecido; cargo, grau ou função exercida; Arma à qual pertencia (Exército, Marinha ou Aeronáutica); características físicas e dados pessoais; local de atuação; responsabilidades; e outras informações relevantes. Diferentemente das fichas, com informações mais densas sobre cada caso, são os mais de 600 dossiês sobre crianças e adolescentes desaparecidos e os 170 dossiês de denúncias sobre desaparecimentos de militantes em geral. Há também depoimentos de sobreviventes dos campos de detenção, de ex-presos e de militares que abandonaram as Forças Armadas de seus respectivos países para denunciar os abusos que testemunharam.

No conjunto da documentação, é possível acompanhar dimensões da repressão e do terror vivido naqueles anos, como as atrocidades ocorridas nos campos de prisioneiros, a escalada quanto ao desaparecimento de pessoas, o sequestro de crianças e adolescentes, e as denúncias sobre a atuação coordenada das forças de repressão nos países do Cone Sul. Esses materiais também propõem uma reflexão estimulante sobre as redes de militância e solidariedade que se formaram frente à pressão extrema vivida pelos movimentos nesse momento histórico. Outro tema que emerge da coleção diz respeito à articulação dos movimentos sindicais e de trabalhadores aos movimentos de defesa dos direitos humanos e de resistência às ditaduras nesses países. Dando visibilidade a sujeitos coletivos e pessoas que se articularam naquela militância, propõe estudos sobre os caminhos e estratégias de resistência na luta contra o arbítrio das ditaduras sul-americanas.

PRESERVAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO

Consciente da importância do Fundo CLAMOR para a História recente, não só do Brasil, mas de outros países da América do Sul, o CEDIC tem investido fortemente em ações para o tratamento e a divulgação dessa documentação. Tais ações diversificadas vão desde a apresentação de comunicações sobre a importância do Fundo em encontros, congressos e seminários, nacionais e internacionais, até a promoção de exposições virtuais, além da elaboração de projetos para o reacondicionamento do acervo com materiais de qualidade arquivística, visando à sua preservação.

Desde o recebimento inicial da documentação, foram desenvolvidas várias ações objetivando o tratamento, a organização, a complementação e a preservação do

acervo do CLAMOR. Já na segunda metade da década de 1990, toda a documentação recebida, já higienizada e melhor acondicionada, após uma primeira identificação e inclusão no Guia da Central de Documentação e Informação Científica, publicado em 1995, foi aberta à consulta pública. Já naquele momento, o trabalho de identificação preliminar desse material despertou o interesse da historiógrafa Ana Célia Navarro de Andrade, integrante da equipe técnica do CEDIC, que, em 2000, finalizou a organização do inventário do Fundo, apresentando-o em sua dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) (ANDRADE, 2000).

Entre 2011 e 2012, com o apoio do programa de *Ayuda para el Desarrollo de Archivos Iberoamericanos (ADAI)*, do Ministério de Cultura da Espanha, desenvolveu-se o projeto “Higienização e Reacondicionamento dos Fundos e Coleções sobre Direitos Humanos no Brasil e na América Latina pertencentes ao acervo do CEDIC/PUC-SP”, que possibilitou melhor tratamento e acondicionamento de toda a documentação do CLAMOR.

Foi também visando à divulgação da importância do Fundo CLAMOR que se buscou sua patrimonialização. Entendendo que o reconhecimento de qualquer acervo como patrimônio documental o singulariza, lançando luz sobre a sua importância como herança histórica e cultural, potencializando ações de preservação, promoção do acesso e divulgação pública, é que foram buscados fóruns de patrimonialização documental. No horizonte, a expectativa é a de que atos de patrimonialização documental impulsionem a conscientização das autoridades e do público em geral para a importância do Fundo CLAMOR enquanto herança documental, propondo a incorporação de suas referências históricas à experiência social das gerações atuais e futuras.

O Programa Memória do Mundo, criado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1992, e que tem por objetivo assegurar a preservação de documentos e conjuntos documentais de importância mundial, de natureza arquivística ou bibliográfica, por meio de seu registro na lista do patrimônio documental da humanidade, emergiu como espaço importante para a concretização das expectativas de patrimonialização do Fundo CLAMOR. Como propõe o programa, os objetivos ao buscar a patrimonialização do Fundo eram os de obter maior apoio para desenvolver ações de preservação, difusão e democratização do acesso aos documentos do CLAMOR (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2002). Nesse percurso, buscou-se, e logrou-se obter, em 2007 e 2012, respectivamente, a nomeação do Fundo como patrimônio documental do Brasil e da América Latina e Caribe, por seu valor excepcional, e o

interesse nacional e internacional como um acervo documental que deve ser protegido em benefício da humanidade.

A criação pelo governo federal, em maio de 2009, do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, bem como da Rede Memórias Reveladas, articulada pelo Arquivo Nacional, significou outra oportunidade para a divulgação pública das informações sobre o acervo. Pensado desde 2005, o Memórias Reveladas foi criado com o objetivo de estimular a preservação e promover a difusão de informações contidas em acervos referentes às lutas políticas travadas no país durante o período do regime militar, e vem desenvolvendo a Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas, da qual participam mais de 50 entidades e instituições arquivísticas, públicas e privadas. Com a criação da Rede, tratava-se de democratizar a informação sobre “um pedaço de nossa história que estava nos porões”, colocando à disposição de todos os brasileiros os arquivos sobre o período entre as décadas de 1960 e 1980 e das lutas de resistência à ditadura militar, quando imperaram no país censura, violação dos direitos políticos, prisões, torturas e mortes. Desde o início, o CEDIC integrou-se à Rede, disponibilizando em seu Portal informações sobre seus acervos e destacando aquelas sobre o Fundo CLAMOR⁶.

Cumprindo indicar que a divulgação das nomeações do Programa Memória do Mundo e a disponibilização de informações sobre o Fundo no Portal Memórias Reveladas fizeram com que o interesse por esse arquivo crescesse, refletindo diretamente no incremento de consultas ao acervo, aumentando as solicitações de cópias de documentos, tanto para fins acadêmicos quanto para comprovação de direitos junto à Justiça, principalmente da Argentina.

Assim, frente não só à importância do arquivo do CLAMOR, mas também à necessidade de aumentar a sua disponibilização à ampla consulta pública, é que se desenvolve um novo projeto de complementação, tratamento e disponibilização em meio eletrônico dos documentos integrantes do Fundo CLAMOR, tanto no *site* do CEDIC quanto no Portal Memórias Reveladas.

O projeto CLAMOR: Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul, iniciado no último semestre de 2012, com finalização prevista para meados de 2015, desenvolve-se por meio de ações que visam à preservação, complementação, organização e disponibilização digital do acervo. Em uma dimensão complementar, também propõe a pesquisa sobre o histórico de atuação do Comitê e suas articulações com entidades de defesa dos direitos humanos na América Latina, Europa e Estados Unidos.

⁶ Ver <<http://www.memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2014 (BRASIL, 2014).

A primeira frente do projeto está inteiramente voltada para a organização e o tratamento da documentação que compõe o Fundo. Aqui, trata-se, sobretudo, de rever a organização física e a descrição dos documentos, bem como de realizar ações de reformatação e descrição dos documentos em formato eletrônico e de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que preservem e ampliem o acesso do público em geral ao Fundo.

Para além de preservar e disponibilizar a documentação que já se encontra sobre a guarda do CEDIC, tem-se também investido na localização e na preservação de documentação complementar ao Fundo. Caracterizando-se como uma entidade de caráter quase informal, que tinha como ponto forte a atuação de militantes, o CLAMOR não possuía um arquivo centralizado, e parte da documentação ainda pode ser encontrada com seus antigos integrantes. Até o momento, vários desses militantes contatados disponibilizaram documentos do CLAMOR de suas coleções particulares.

A segunda frente de trabalho do projeto é voltada para a atualização do histórico e do inventário do Fundo CLAMOR. A pesquisa sobre o histórico de criação, organização e atuação do CLAMOR tem se desenvolvido via levantamento e sistematização de informações sobre a atuação do Comitê na bibliografia específica e correlata, na pesquisa junto à documentação do próprio Fundo e na realização de depoimentos orais com ex-integrantes, pessoas que foram ajudadas pela entidade e membros de outras entidades congêneres.

Como esperado, o levantamento de informações de pesquisa bibliográfica, realizado via consulta a vários bancos de dados, diretórios bibliográficos, bancos de dissertações e teses, portais de periódicos e buscadores acadêmicos, resultou na identificação pouquíssimas referências, já analisadas e sistematizadas. Por outro lado, a pesquisa na documentação do próprio Fundo, em séries estratégicas como os Boletins e a correspondência, tem possibilitado adensar o histórico de atuação da entidade. No entanto, a maior riqueza nessa dimensão do projeto tem resultado do trabalho de entrevistas e coleta de depoimentos com membros do CLAMOR, colaboradores, refugiados que contaram com a ajuda do Comitê e membros de entidades de direitos humanos com as quais mantinha relação estreita. Como indicado anteriormente, durante esta última década, na qual detém a guarda do Fundo CLAMOR, o CEDIC tem mantido contatos estreitos com ativistas e entidades que atuaram naquele período, visando não só ao adensamento de seu histórico como à própria complementação do Fundo. Tais contatos têm viabilizado ações que objetivam a complementação do Fundo, bem como o desenvolvimento de seu histórico, no que tange, principalmente, à recomposição da importante rede de relações com entidades de defesa de direitos

humanos e de resistência às ditaduras atuando no Brasil, na América Latina e do Norte e na Europa.

Ao final do projeto, realizada a organização física do Fundo CLAMOR e a digitalização integral dos documentos do Fundo CLAMOR, será possível criar um acervo virtual com a documentação das séries mais importantes do Fundo e disponibilizar, de forma eletrônica, no *site* do CEDIC e no Portal Memórias Reveladas, o Inventário Fundo, o Histórico do Comitê e uma da Coleção de Depoimentos sobre o Comitê e sua atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de preservação documental proposto pelo CEDIC parte da perspectiva de que dinâmicas de preservação e renovação das fontes históricas estão intimamente articuladas às relações que as sociedades estabelecem com seu passado e com suas reivindicações no campo da memória social a cada conjuntura histórica, entendendo a preservação como um processo delineado em um campo composto por movimentos políticos mais amplos, que põem em questão as disputas em torno da memória. Sabe-se que os usos sociais do passado organizam tanto a lembrança como o esquecimento, e que os atos que selecionam registros do passado e os transformam em documentação histórica/permanente inscrevem-se no interior dessas disputas a cada momento histórico.

Inserindo-se em circuitos de preservação documental mais amplos, que, em tempos recentes, buscam aproximar a preservação do patrimônio documental às experiências de grupos sociais diversos e à questão da cidadania, o projeto, assim como várias outras ações de preservação de acervos do CEDIC, busca contribuir para a atuação de algumas redes de pesquisa que têm como horizonte a afirmação do Direito à Memória em nossa sociedade. Entende-se que a atual conjuntura de atuação da Comissão Nacional da Verdade e de aprovação da Lei Geral de Acesso à Informação vem reforçar a importância de projetos que visem à recuperação, organização e disponibilização dos arquivos referentes à atuação dos diversos órgãos e serviços de segurança nacional e repressão e dos movimentos de resistência em atuação no período da ditadura civil-militar. Os desdobramentos concretos dessas leis e ações têm possibilitado passos fundamentais na institucionalização dos processos de recuperação, organização e disponibilização dos arquivos da repressão e da resistência e do consequente processo de patrimonialização dessa documentação em nosso país.

Ao desenvolver ações de preservação e disponibilização pública do Fundo CLAMOR, o projeto visa, antes de tudo, a mobilizar a pesquisa e a discussão sobre os

temas propostos por esse importante conjunto documental, incentivando estudos e discussões sobre práticas, espaços e redes de resistência e solidariedade às ditaduras do Cone Sul. Importa também incentivar perspectivas que, de uma visão da História recente do continente sul-americano, abordem a formação e a atuação de redes de entidades de resistência e de defesa dos direitos humanos em nossos países.

Estamos conscientes de que o ato de organizar e constituir arquivos refere-se à organização de poderes em torno da História e da memória social em cada presente, e de que as intenções dos arquivos e de seus atos de preservação estão intimamente articuladas às disputas sociais em torno da produção da lembrança e do esquecimento em cada momento histórico (SCHWARTZ; COOK, 2002). Visando a ampliar o acesso à documentação do Fundo CLAMOR, nossas ações buscam concretizar perspectivas que sinalizem a urgência da promoção do contato da sociedade com os diferentes conjuntos documentais relativos às violações de direitos humanos nos períodos ditatoriais, facilitando o acesso a essas fontes, estimulando a sua divulgação e desenvolvendo iniciativas voltadas para a reflexão e a análise de temas nelas contidos. Temas que, como indica Jelin (2002, p.14), levantam questões sobre a persistência de um passado de violações de direitos que parece “não querer passar”.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ana Célia Navarro. **Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul - CLAMOR**. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais: um relato para a história**. São Paulo: Vozes, 1996.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. **Memórias Reveladas**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- CRUZ, Heloisa de Faria; TESSITORE, Viviane. **Memória, documentação e pesquisa: o CEDIC faz 30 anos**. *Projeto História (PUC-SP)*, São Paulo, v. 1, n. 40, p. 423-445, 2010.
- FRAGA, Guilherme Barbosa. **A solidariedade não tem fronteiras: o grupo CLAMOR e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul**. 2012. Monografia (Licenciamento em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002.

KHOURY, Yara Aun (Coord.). **Guia da Central de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” - CEDIC**. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1995. (Coleção Memória, Documentação e Pesquisa, 3).

LIMA, Samarone. **CLAMOR: a vitória de uma conspiração brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Memory of the world: general guidelines to safeguard documentary heritage**. Paris: Unesco Information Society, 2002.

PADRÓS, Enrique Serra. **A guerra contra as crianças: práticas de sequestro, desaparecimento e apropriação de identidades no século XX – “Butin de Guerra” no Cone Sul**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11, Rio Grande do Sul, 2012. **Anais...** Rio Grande do Sul, 2012.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. **CEDIC-PUC/SP**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/cedic/>>. Acesso em: 10 set. 2014.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. **Archives, records, and power: the making of modern memory**. *Archival Science*, Toronto, n. 2, p. 1-19, 2002.